

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte JORNAL DO BRASIL Class.: 26

Data 05/06/70 Pg.: _____

Irregularidade na Funai pode ser mais grave que as do antigo SPI

Brasília (Sucursal) — As irregularidades na Fundação Nacional do Índio poderão ser mais graves do que as do antigo Serviço de Proteção aos Índios, com exclusão da desmentida política de genocídio.

Malversação de verbas em complicadas engrenagens, o pagamento exagerado de diárias, desaparecimento de bens públicos, violação da lei que instituiu a Funai e desinteresse pela saúde dos índios figuram como as principais faltas graves da administração Queirós Campos.

NOMEAÇÃO

Funcionários da Funai consideraram a nomeação do General Bandeira de Melo, chefe da Divisão de Segurança e Informações do Ministério do Interior, como prova do interesse do Ministro Costa Cavalcanti, em apurar as irregularidades. O General havia feito um levantamento das irregularidades, e as comprovou.

Alguns funcionários estranham o fato de o ex-presidente da Funai, Sr. Queirós Campos, não ter aprovado a sugestão para que assinasse um convênio com a FAB, para que esta operasse o avião PP-FOI, da Funai, a exemplo do que fez a Sudeco.

Normalmente, nesses convênios, a FAB tripula o avião, arca com as despesas de manutenção e abastecimento e dá 60 horas de voo. Se o aparelho quebrar, a FAB o substitui.

O ex-presidente Queirós Campos preferiu outro sistema, o que obriga a Funai a gastar mensalmente cerca de Cr\$ 5 mil com tripulantes, além de outro tanto com despesas de comissária, alimentação e pousada, e Cr\$ 20 mil com gasolina. Não se sabe o custo da manutenção.

PATRIMÔNIO

A Funai vinha escriturando a renda do Patrimônio Indígena, que deve variar entre

2 e 3 milhões de cruzeiros, ao contrário do que estipula o Artigo 21 do Decreto 62.196, de 31 de janeiro de 1968, que a criou:

— São distintas a contabilidade da Fundação e a do Patrimônio Indígena, esta realizada preferentemente por empresa especializada, mediante escolha em concorrência pública, aprovada pelo Ministro do Interior.

Com o sistema atual, as rendas dos postos indígenas fogem a qualquer controle contábil. A administração central da Fundação Nacional do Índio não pode controlar a prestação de contas e aceita a que lhe for apresentada.

GUARDA

Há notícia de que a Guarda Indígena, para a qual a Funai despendeu recursos consideráveis, cometeu uma série de arbitrariedades em vários postos, particularmente nos localizados na ilha do Bananal.

Os abusos, em parte já levantados pela Divisão de Segurança do Ministério do Interior, levaram o cacique Aruatama, dos carajás, a pedir a retirada dos guardas, através do comandante do destacamento da FAB.

Atribui-se a demissão dos Srs. Nei Land e Heloisa Tórres, reconhecidas autoridades em assuntos indígenas, a recusa que fizeram, em minucioso parecer, à edição de um livro sobre os índios brasileiros, com 100 perguntas e suas respostas.

O livro, editado no ano passado, foi considerado por estes indigenistas do Departamento de Estudos e Pesquisas da Funai como matéria inexistente e sem nenhum conteúdo científico.